

MINAS GERAIS

- I - atuar diretamente com os demais Diretores no Plano Estratégico, subsidiando com informações relevantes sobre os envolvidos na emergência;
 - II - avaliar, planejar e organizar os atendimentos que devem ser realizados pela equipe técnica;
 - III - prestar esclarecimentos aos familiares ou designar profissional da Equipe de Atendimento para tal;
 - Art. 146. O Supervisor de Segurança responsável por intermediar as orientações do corpo diretivo com a equipe de execução direta das ações de segurança, atendendo às suas competências:
 - I - orientar o Coordenador de segurança quanto aos procedimentos iniciais para atendimento à emergência;
 - II - providenciar o isolamento da área, quando necessário;
 - III - observar se há indícios de atividades na emergência, possíveis líderes e adotar as medidas cabíveis;
 - IV - solicitar, se necessário, reforço interno e externo, após a autorização do Diretor/Subdiretor de Segurança Socioeducativo;
 - V - analisar o entorno e organizar a retirada de objetos, visando minimizar os danos;
 - VI - quando necessário, coordenar a Inspeção dos prédios administrativos, visando a confirmação a desocupação do local e as providências cabíveis à emergência.
 - Art. 147. O Coordenador de Segurança Socioeducativa é o responsável pela atuação direta na emergência, coordenando e intervindo na atuação da equipe de segurança e dos serviços auxiliares necessários para fazer frente à emergência, sendo de sua competência:
 - I - na ausência do Supervisor de Segurança Socioeducativa, algumas ações imediatas que não necessitem de prévia autorização;
 - II - verificar o tipo de emergência, a sua extensão e o local, designando profissional ou informar a situação da emergência ao Supervisor e/ou Diretor/Subdiretor de Segurança Socioeducativo;
 - III - analisar a possibilidade de propagação da emergência e atuar no sentido de reduzir as consequências;
 - IV - providenciar ou solicitar os recursos necessários ao Supervisor de Segurança Socioeducativo.
 - Art. 148. O Agente de Segurança Socioeducativo responsável pela execução direta das ações, atuando sob orientação da chefia imediata, sendo de sua competência:
 - I - informar à chefia imediata o tipo de emergência, a sua extensão e o local;
 - II - atuar nas ações de emergência, utilizando os recursos necessários;
 - III - isolar o local da emergência, quando necessário;
 - IV - manter o Coordenador de Segurança Socioeducativo informado sobre as ações adotadas na emergência;
 - Art. 149. Compete ao Grupo de Ações Rápidas (GAR):
 - I - identificar o motivo que ensejou o início do motim, quando possível;
 - II - identificar possíveis líderes e realizar intervenções, quando possível;
 - III - realizar abordagem verbal ou contensão física, conforme avaliação do contexto, a fim de reverter situação, segundo a doutrina da proporcionalidade, necessidade, legalidade, conveniência e uso diferenciado da força;
 - IV - avaliar a proporcionalidade do evento, identificando, se possível, as suas causas, condições das instalações, existência de objetos que possam agravar a situação, tomando as providências para retirada desses objetos;
 - V - após a retirada dos objetos que ofertem risco, conduzir os socorridos para local apropriado, para a realização da revista nos adolescentes, nos alojamentos e demais dependências da Unidade Socioeducativa;
 - VI - isolar o setor, visando evitar a propagação do motim, quando possível;
 - VII - designar equipe para dar apoio no local, se necessário;
 - VIII - verificar a possibilidade de intervenção por outros profissionais;
 - IX - verificar a necessidade de designar equipe de primeiros socorros para atendimento de urgência;
 - X - avaliar a necessidade de interrupção das atividades da Rotina Institucional, bem como encaminhar os adolescentes não envolvidos nas suas atividades ou outro local;
 - XI - controlar a situação, auxiliar e/ou efetuar, com o apoio do efetivo da Unidade, as diligências necessárias ao evento de segurança tais como: escola para saúde e procedimentos de encarceramento de ocorrências;
 - XII - atuar de forma preventiva, ostensiva, quando demandado pela DSS, dando apoio no trânsito interno e revistas nos espaços físicos e adolescentes;
 - XIII - auxiliar a Polícia Militar/outras forças de segurança, durante as intervenções físicas com multidos e rebeldes, visando estabelecer a ordem e a disciplina nas Unidades Socioeducativas;
 - XIV - apoiar ações de capacitação e formação continuada de servidores, além de treinamento de outros grupos especializados;
 - Art. 150. O funcionário responsável pela portaria compete:
 - I - permitir somente a entrada na Unidade Socioeducativa de pessoas autorizadas pelo corpo diretivo para intervenção na emergência;
 - II - comunicar as saídas dos membros da equipe de segurança e funcionários que compõem o Plano de Emergência ao Coordenador de Segurança Socioeducativo.
 - Art. 151. A equipe de primeiros socorros será composta por servidores capacitados, que deverão atuar em situações de emergência antes da chegada dos profissionais da saúde, e seguindo as recomendações do Protocolo de Primeiros Socorros para as Unidades Socioeducativas de Minas Gerais.
 - I - providenciar os materiais necessários aos atendimentos de emergência;
 - II - verificar as condições das vítimas e prestar os primeiros socorros;
 - III - acionar o serviço móvel de urgência (SAMU-192) e, caso o município não possua cobertura do SAMU, acionar Corpo de Bombeiros Militar (193) segundo a necessidade;
 - Art. 152. Os demais funcionários da Unidade Socioeducativa devem seguir as orientações do Corpo Diretivo, de acordo com o tipo de emergência.
 - Art. 153. As Unidades deverão enviar para Diretoria de Segurança Socioeducativa, no primeiro trimestre, o plano de ação de emergência do corrente ano, como também o planejamento das capacitações dos servidores de suas respectivas Unidades no tocante aos procedimentos de emergência e segurança.
- ### CAPÍTULO XV
- #### DA IMPORTÂNCIA DAS PRÁTICAS DE JUSTIÇA RESTAURATIVAS NO CONTEXTO INSTITUCIONAL - INTERLOCAÇÃO COM O NÚCLEO DE ORIENTAÇÃO INSTITUCIONAL E SOLUÇÃO DE CONFLITOS NAS UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS - PROGRAMA ENOIS
- Art. 154. As práticas restaurativas são ações preventivas à instauração da situação de emergência/crise, uma vez que, na grande maioria dos casos, o gatilho para tal cenário trata-se de uma situação simples ser resolvida/contornada, que toma uma proporção maior pela falta de compreensão e intervenção adequada.
- Parágrafo único. As práticas restaurativas devem ser aplicadas quando retomado o clima de normalidade na Unidade, após um evento de segurança, a fim de se trabalhar as causas e consequências do ocorrido, de modo a propiciar aos envolvidos a visão do cenário como um todo para análise e reflexão, e de se reparar os possíveis desentendimentos. Configura-se, também, como uma ação preventiva de novas atuações, um lugar onde a violência e a atuação duradoura falam à externalização das iniquidades e descontentamentos.
- ### CAPÍTULO XVI
- #### DO FLUXO ENTRE CENTROS SOCIOEDUCATIVOS, DIRETORIA DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVA - DSS, GRUPO DE AÇÕES RÁPIDAS - GAR
- Art. 155. As Unidades Socioeducativas Estado de Minas Gerais poderão solicitar junto à Diretoria de Segurança Socioeducativa - DSS, juntamente com a Assessoria de Inteligência - AI, apoio do GAR para realização de procedimentos de escola de adolescente acatualado, com a finalidade de garantir a segurança do próprio adolescente e dos servidores que o acompanham.
- Art. 156. As solicitações deverão ser classificadas em:
- I - determinação Judicial;
 - II - convocações extrajudiciais;
 - III - eventos circunstanciais de natureza familiar, tais como presença durante nascimento ou velório;
 - IV - visita hospitalar, mediante doença grave e registro de paternidade;
 - V - atendimento emergencial ou pontual na rede de saúde;
 - VI - aleitamento materno e coleta de leite, no que se refere às adolescentes do sexo feminino;
 - VII - solicitação de autoridade da Polícia Civil;
 - VIII - solicitação de transferência.

DIÁRIO DO EXECUTIVO

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marilisa Carvalho de Melo

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

O Superintendente Regional da SUPRAM Zona da Mata, torna público o cancelamento das Licenças Ambientais abaixo identificadas:

- LAS (Cadastro: 1) F. P. Gonçalves Gerenciamento de Resíduos, Central de armazenamento temporário e/ou transferência de resíduos Classe 1 perigosos, (capacidade instalada: 8,0 m³/dia), Tocantins/MG, PA nº 344722/2018. Motivo: Revogação Automática da Licença, nos termos do Art. 11, p. 2º, DN 217/2017.
- LAS (Cadastro: 2) F. P. Gonçalves Gerenciamento de Resíduos, Central de armazenamento temporário e/ou transferência de resíduos Classe 1 perigosos; Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio, vapor de mercúrio, outros vapores metálicos, de luz mista e lâmpadas especiais que contenham mercúrio; Unidade de Transferência de Resíduos de Serviços de Saúde (UTRSS); Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de sucata metálica, papel, plástico, plásticos e vidros para reciclagem, contaminados com óleos, graxas ou produtos químicos, exceto agroquímicos; Estação de transbordo de resíduos sólidos urbanos; Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de embalagens plásticas usadas de óleos lubrificantes com ou sem sistema de pteatocagem ou outro processo de comunicação, e/ou filtros de óleo lubrificante; Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de resíduos eletroeletrônicos, com ou sem implantação de exatagem; exposição de resíduos perigosos; Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de resíduos eletroeletrônicos com a separação de componentes que implique exposição de resíduos perigosos, Tocantins/PA, Protocolo nº 2484/2020. Motivo: Revogação Automática da Licença, nos termos do Art. 11, p. 2º, DN 217/2017.

(a) Dorgival da Silva, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Zona da Mata.

01 1656775 - I

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou:

- 1) Licença Ambiental Simplificada (LAS/RAS): 1) Jessa Macabath SPE Ltda., estação de tratamento de esgoto sanitário; interceptores, emissários, elevatórias e reversão de esgoto, Sabará/MG, Processo nº 2526/2022, classe 2.

(a) Rita de Cássia Silva Braga e Braga, Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana, torna público a publicação de deliberação do processo do empreendimento Carlos Alberto de Moura Morato, suinocultura; culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura e criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Sete Lagoas/MG, Processo nº 3300/2021, realizada no Diário Oficial de "MG" no dia 30/06/2022 - página 18, tendo em vista a necessidade de revogação do ato por duplicidade.

(a) Charles Soares de Sousa - Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana torna público o indeferimento dos processos de Licenciamento Ambiental abaixo identificados:

- 1) Licença Ambiental Simplificada (LAS/RAS): 1) Estações de Tratamento de Efluentes - Vale S.A., estação de tratamento de esgoto sanitário, Nova Lima/MG, Processo nº 287/2022, Classe 2. Motivo: O empreendimento não possui regularização ambiental para a intervenção ambiental em APP. Conforme artigo 15 da DN 217/2017, em se tratando de processo de licenciamento ambiental simplificado (LAS), as autorizações referentes ao uso de recursos hídricos e às intervenções em áreas de preservação ambiental, somado ao fato de existir melhor alternativa locacional. Outro ponto que suscitaria o indeferimento do processo é a sua incorreta instrução com Relatório de Controle Ambiental (RCA), visto que a vegetação apresenta estado sucessional secundário médio a avançado, o que implica que o processo deve ser instruído por Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Contudo, ainda que o processo estivesse corretamente instruído, a existência de melhor alternativa locacional permaneceria, levando o processo ao indeferimento.

(a) Charles Soares de Sousa - Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:

- 1) PA - Produtos Ambientais Metálicos Ltda., central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados, Igarapé/MG, Processo nº 2450/2022.
 - 2) Prometal Transportes Ltda., transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Betim/MG, Processo nº 2451/2022.
 - 3) Baeta Soluções Locação Ltda., transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Belo Horizonte/MG, Processo nº 2452/2022.
 - 4) Multiplena Energia Renovável Ltda., reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 2 (não-perigosos) não especificados; sinterização de minério de ferro e outros resíduos siderúrgicos; processamento e reciclagem de sucata e central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados, Sete Lagoas/MG, Processo nº 2454/2022.
 - 5) Construtora Aterpa avançado, o que implica que o processo deve ser instruído por Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Contudo, ainda que o processo estivesse corretamente instruído, a existência de melhor alternativa locacional permaneceria, levando o processo ao indeferimento.
- (a) Charles Soares de Sousa - Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos:

- 1) P&B Reciclagem e Fundições Ltda., produção de fundidos de ferro e aço, sem tratamento químico superficial, inclusive a partir de reciclagem, Prudente de Moraes/MG, Processo nº 2519/2022.
- 2) Fama Derivados de Petróleo Ltda., postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retaltistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Sete Lagoas/MG, Processo nº 2524/2022.
- 3) New Gás e Água Ltda., transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Belo Horizonte/MG, Processo nº 2525/2022.
- 4) Fator Conformadora de Tubos Eireli, fabricação de peças e acessórios para veículos automotores e/ou ferroviários, exceto embalagens e estruturas flutuantes, São Joaquim de Bicas/MG, Processo nº 2536/2022.

(a) Charles Soares de Sousa - Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana.

01 1656387 - I

SÁBADO, 02 DE JULHO DE 2022 - 17

DELIBERAÇÃO COPAM Nº 1.720, DE 1º DE JULHO DE 2022. Altera a Deliberação COPAM nº 1.557, de 6 de abril de 2020, que estabelece a composição e designação dos membros da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha do Conselho Estadual de Política Ambiental.

A SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL, no uso das atribuições que lhe conferem o §2º do art. 43 da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, e o art. 1º da Deliberação Conjunta Copam/CERH-MG nº 23, de 30 de dezembro de 2021:

DELIBERA: Art. 1º - Os itens 1 e 3 da alínea "c" do inciso II do art. 2º, da Deliberação COPAM nº 1.557, de 6 de abril de 2020, passam a vigorar com a seguinte redação: "Art. 2º - (...) II - (...) 1 - Titular: Diego Margonara D'avilla 3 - 2º Suplente: Juventino Olímpio da Fonseca". Art. 2º - Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 1º de julho de 2022. VALÉRIA CRISTINA REZENDE

DELIBERAÇÃO COPAM Nº 1.721, DE 1º DE JULHO DE 2022. Altera a Deliberação COPAM nº 1.555, de 6 de abril de 2020, que estabelece a composição e designação dos membros da Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco do Conselho Estadual de Política Ambiental.

A SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL, no uso das atribuições que lhe conferem o §2º do art. 43 da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, e o art. 1º da Deliberação Conjunta Copam/CERH-MG nº 23, de 30 de dezembro de 2021:

DELIBERA: Art. 1º - O item 3 da alínea "c" do inciso II do art. 2º, da Deliberação COPAM nº 1.555, de 6 de abril de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 2º - (...) 3 - 2º Suplente: Débora Nogueira Campos Lobato". Art. 2º - Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 1º de julho de 2022. VALÉRIA CRISTINA REZENDE

01 1656662 - I

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Jequitinhonha torna público o arquivamento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado:

- Licença Ambiental Concomitante - LAC 1 (LP+L1+LO): 1) Imperialce Cedral Pedras Naturais Ltda, Lavoura a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento, Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários, Pila de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitas, gemas e minerais não metálicos, Gouveia/MG, PA nº 557/2022, Classe 4. Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado - PA nº 1370.01.005093/2021-54. Motivo: caracterização/enquadramento incorreto.

(a) Rita de Cássia Silva Braga e Braga, Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Jequitinhonha.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Jequitinhonha torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada:

- Licença Ambiental Concomitante - LAC2 (LOC): 1) Irimex Pedras do Brasil LTDA, Lavoura a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento, Pila de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retaltistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Diamantina/MG, PA nº 5471/2021, Classe 3. Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado - PA nº 1370.01.005093/2021-54. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 02/06/2030.

(a) Rita de Cássia Silva Braga e Braga, Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Jequitinhonha.

01 1656536 - I

O Superintendente Regional da SUPRAM Zona da Mata, torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram:

- Licença Ambiental Simplificada na modalidade Las Ras: 1) Auto Posto Fariense Lda, Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retaltistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Faria Lenos/MG, PA nº 2535/2022, Classe 2; 2) Graminette Graines Minete Ltda, Lavoura a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento; Pila de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitas, gemas e minerais não metálicos, Lajinha/MG, PA nº 2540/2022, Classe 2.

(a) Dorgival da Silva, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Zona da Mata.

01 1656783 - I

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO (Publicado no Diário Oficial de "MG" no dia 10/06/2022 - pag. 12) A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram Licença Ambiental, Informa que foram apresentados EIA/RIMA, e que os estudos ambientais encontram-se à disposição dos interessados no site http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site-consulta-audiencia. Comunica que os interessados na realização de Audiência Pública deverão formalizar o requerimento, conforme Deliberação Normativa Copam nº 225/2018, no site http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site-consulta-audiencia, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data desta publicação.

(a) Mônica Veloso de Oliveira, Superintendente da Superintendência Regional de Meio Ambiente Norte de Minas. Designada pelo Ato de Delegação SEMAD/SECEX nº 03, de 20 de dezembro de 2021.

Onse se lê: "LAC 1) - Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação e a Licença de Operação: 2) Ecogroclia Café Ltda. - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura, Francisco Dumont e Lassance/MG, PA/nº 2280/2022, Classe 4." (...)

ATENÇÃO: as demais informações permanecem inalteradas.

01 1656693 - I

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos:

- 1) Grande Sertão São Romão de Energia Fotovoltaica LTDA / UVF GS São Romão 1 - José Nilmar Torres (Zeny), UVF GS São Romão 2 - Cerâmica Velloso, UVF GS São Romão 3 - Antônio Braz da Cunha, UVF GS São Romão 4 - Dr. Décio Bruxel e UVF GS São Romão 5 - Dr. Jonas de Magalhães, Usina solar fotovoltaica e linhas de transmissão de energia elétrica, São Romão/MG, Protocolo nº 2488/2022. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.
- 2) Cerâmica Minas Bahia Ltda., Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha, Espinosa/MG, Protocolo nº 2469/2022.

(a) Mônica Veloso de Oliveira, Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas.

01 1656607 - I

Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202207020022090117.